

Política Externa Norte-Americana: doutrinas, culturas e práticas políticas

Cecília Azevedo

Esta pesquisa visa mapear visões concorrentes no que concerne à política externa norte-americana, relacionadas à América Latina, entre 1960 e 1980, procurando avaliar discontinuidades e disputas no contexto de administrações republicanas e democratas. Através de discursos de agentes governamentais, intelectuais e ativistas políticos, veiculados através da imprensa diária e periódicos especializados, objetiva-se identificar nas avaliações sobre a América Latina e a política externa norte-americana para a região nexos entre doutrinas, tradições partidárias e mitos políticos que consubstanciam culturas políticas plurais.

Ao assumir a noção de cultura política como central, esta pesquisa situa-se na confluência da História Política e da História Cultural¹. Em termos teórico-metodológicos, o esforço concentra-se na construção de categorias para análise de discursos políticos de natureza diversa, associando-os a lugares sociais e processos conjunturais, mas também a fenômenos de mais longa duração. Preocupa-nos as insuficiências no modo de tratamento habitualmente concedido aos fenômenos políticos que situam-se entre os fatos de opinião e os sistemas de representação coletivos, cujo discernimento parece particularmente problemático em processos contemporâneos.

É importante ressaltar a escassez de estudos sobre a história dos EUA no Brasil, especialmente sobre a história recente e mais ainda sobre sua política externa, a despeito da centralidade dos EUA no sistema mundial e da enorme influência cultural, política e econômica que esse país vem exercendo sobre nosso país e toda América Latina há quase um século. Mesmo levando-se em conta as intensas discussões a respeito do declínio do império americano², parece fora de dúvida que a política externa norte-americana têm efeitos cruciais neste contexto do pós-guerra fria em que os EUA não encontram antagonista que possa individualmente confrontá-los no campo militar e econômico.

Mas para compreender a política externa norte-americana faz-se necessário um mergulho mais profundo em seu sistema político e ideológico, superando visões que

¹ Sobre este cruzamento ver Rachel Soihet; Maria Fernanda Bicalho; Maria de Fátima Gouvêa. (Org.). *Culturas Políticas: ensaios de História Cultural, História Política e Ensino de História*. Rio de Janeiro, Mauad, 2005 e DUTRA, Eliana R. de Freitas. “História e Culturas Políticas – Definições, usos e genealogias”. In: *Varia História*, Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, n. 28, 2001, Belo Horizonte, Depart. de História da Fafich, UFMG, 2002, pp. 13-28.

² V. WALLERSTEIN, Immanuel. *O declínio do poder americano: os EUA num mundo caótico*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2004; SANTOS, T. “Unipolaridade ou hegemonia compartilhada”. *Os impasses da globalização. Hegemonia e contra-hegemonia*. Theotônio dos Santos (org) Volume 1, São Paulo: Loyola, 2003. pp. 46-106 TODD, Emmanuel. *Depois do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

acabaram por simplificar e reduzir toda complexidade das lutas internas para realçar apenas a expansão capitalista como motor da política externa norte-americana. Nessa chave de leitura, todo o XX, o “século americano”, é percebido como um continuum indiferenciado de práticas imperialistas. Em decorrência, no campo do imaginário, especialmente o latino-americano e de povos de outras partes do mundo alvos das intervenções norte-americanas, é muito comum a representação da sociedade norte-americana como indiferenciada, indivisa, apoiando sem ressalvas as políticas levadas a efeito por seus governantes. Insensível e indiferente, o público norte-americano só se lembraria do mundo quando defrontado com alguma ameaça real ou imaginária à sua segurança, como é o caso hoje do terrorismo.

No que diz respeito ao imaginário nacional norte-americano, a idéia da política externa não ser um terreno de disputas, mas seu contrário, o lugar simbólico da unidade e conciliação nacionais, do consenso bipartidário, é realimentada permanentemente pela retórica política oficial, especialmente em momentos de crise, como o das guerras e o gerado pelo ataque de 11 de setembro.

Assumindo um ponto de vista um tanto pessimista, intelectuais de esquerda também têm reforçado a idéia do consenso. Mesmo reconhecendo a existência de uma corrente crítica ao triunfalismo moralista e ao sentido de excepcionalidade do discurso conservador dominante, Edward Said, brilhante crítico da retórica missionária do colonialismo e do imperialismo, convenceu-se que seu poder dissuasivo não tem sido suficiente para abalar ou deslocar “o consenso dominante extraordinário que congrega governo, políticos, militares, institutos de pesquisa, meios de comunicação e centros acadêmicos quanto à necessidade da força americana e a justiça, em última análise, de sua projeção”³.

Este projeto parte da consideração de que o consenso é na verdade um mito e que a política externa norte-americana encontra-se articulada a fatores de ordem política, cultural e econômica extremamente complexos e dinâmicos que dificultam o estabelecimento de uma estrutura de poder tão estável e coerente quanto o discurso que a apresenta⁴.

Por lidar com questões tão cruciais como valores e identidade nacional e pelo envolvimento tão grande dos EUA nos assuntos mundiais no mínimo desde a segunda guerra mundial, a política externa vem assumindo um peso cada vez mais significativo, promovendo intensa disputa entre visões divergentes nesta matéria, como se pôde observar nas últimas eleições presidenciais. Portanto, para uma melhor avaliação da política externa norte-americana, é preciso deixar de lado bias ideológicos e simplificações que negligenciam descontinuidades e diferenças internas no interior das correntes políticas mais importantes que disputam espaço no seio mesmo das administrações Republicanas ou Democratas que chegam ao poder. No caso em questão, o desafio consiste em verificar quais elementos político-ideológicos sustentaram diferentes versões do projeto de hegemonia norte-americana sobre a região, e como não apenas integrantes dos governos Republicanos e Democratas, mas também atores políticos e sociais diversos pensaram a relação com a América Latina em diferentes contextos, apoiando ou criticando as diretrizes governamentais. A partir desse embate de ideias, pretende-se visualizar a configuração e a dinâmica interna de culturas políticas diferenciadas no interior da sociedade norte-americana.

³ Cultura e Imperialismo, p. 355.

⁴ V. MILZA, Pierre. “Política interna e política externa”. In: Por uma História Política. René Remond (org), Rio de Janeiro, Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996 e SMALL, Melvin. Democracy and Diplomacy: the impact of domestic politics on U.S. Foreign Policy, 1798-1994. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1996.

Os ataques de 11 de setembro e as invasões do Afeganistão e do Iraque se constituíram indubitavelmente num marco da história norte-americana e mundial. Anunciada pelo presidente George W. Bush em meio a esses episódios, a Doutrina da Prevenção representou não apenas uma inflexão em relação às diretrizes isolacionistas iniciais do próprio governo Bush, como também, num quadro mais amplo, um corte em relação a toda uma ordem internacional precedente, invertendo a perspectiva defensiva da Doutrina de Contenção vigente desde o pós-segunda guerra⁵. O sentido de excepcionalidade da experiência norte-americana e o conseqüente espírito de missão que nutre o discurso nacional e acompanha a política externa norte-americana desde o início do século XX, assume neste momento um caráter eminentemente coercitivo e militarista, em detrimento de outras versões de internacionalismo predominantes em outros períodos.

Importa destacar que a vertente internacionalista comportou e comporta inúmeras possibilidades e dissensões. Enquanto oposto ao isolacionismo, o internacionalismo pode equivaler a ações de intervenção ou contenção militar, imposição de sanções comerciais, mecanismos de expansão econômica, projetos de assistência internacional, direta ou indiretamente vinculados a interesses nacionais específicos. Dessa forma, o internacionalismo pode tanto se ancorar numa perspectiva realista de balanceamento de poderes, como numa perspectiva idealista, moralista; tanto numa perspectiva unilateralista, quanto numa multilateralista; tanto numa perspectiva relativista, quanto numa universalista. Vale recuperar em linhas gerais o desenvolvimento dessas disposições e perspectivas.

Na virada do século XIX para o XX, momento que marcou a entrada dos EUA na arena mundial, através de sua primeira guerra fora do continente – a guerra das Filipinas - o movimento conhecido como Progressivismo procurou construir um conhecimento sobre a guerra e suas alternativas, atribuindo importância fundamental a um aparato jurídico que favorecesse a arbitragem como solução para litígios internacionais. Mas atribui-se ao presidente Democrata Woodrow Wilson a inauguração do que passou a ser conhecido como internacionalismo liberal, mais afinado com as idéias de multilateralismo, cooperação e de assistência⁶. Ao mesmo tempo em que pretendia “salvar o mundo para a democracia”, Wilson defendia a autodeterminação dos povos, convicto de que os interesses norte-americanos estariam mais bem resguardados num mundo regulado por organismos internacionais dedicados a contornar conflitos, derrubar barreiras comerciais e garantir a defesa mútua. O choque de interesses que, segundo seu entendimento, a doutrina do equilíbrio de poder incentivava, deveria ser contido em nome da democratização da ordem mundial. Wilson vislumbrava a criação de um novo sistema internacional no qual o recurso à guerra fosse coibido e, por fim, banido, já que as nações se comprometeriam com mecanismos coletivos de resolução de conflitos. Apesar de sua ardorosa campanha em favor de uma “paz sem vencedores” e da Liga das Nações, sua proposta de associação a um organismo multilateral que viesse a limitar a costumeira liberdade de ação dos EUA,

⁵ A Doutrina da Contenção concebida por George Kennan e enunciada pelo presidente Democrata Truman, lançava como princípios da política externa o globalismo, o anticomunismo e o livre comércio. As “responsabilidades mundiais” dos EUA passavam a ser o mote do novo internacionalismo, de modo a atenuar a carga moral associada à idéia de destino, que impregnava fortemente o discurso nacional até então.

⁶ Tal corrente advoga que o sistema internacional seja organizado em bases semelhantes às sociedades domésticas, regulamentada por um aparato legal capaz de garantir direitos individuais e preservar a ordem social, à imagem e semelhança do sistema de governo norte-americano. V. Smith, Tony. *America's Mission: The United States and the worldwide struggle for democracy in the twentieth century.*

comprometendo o país com a segurança de outras nações, foi derrotada no Congresso, embora já tivesse merecido a adesão de 63 países. Viveu-se então um dos maiores debates públicos nos EUA, confrontando visões diversas relacionadas à política externa.

A despeito de sua retórica elevada, saltam aos olhos as ambigüidades tanto da formulação, quanto da execução da política de Wilson. No que diz respeito à América Latina, a diplomacia moral de Wilson traduziu-se em coerção. A teoria da igualdade do liberalismo, no plano externo, acabou por comportar uma justificativa para a desigualdade. Na medida em que as nações, como os indivíduos, apresentariam recursos diferenciados em função de estágios de desenvolvimento desiguais, a intervenção dos mais fortes seria passível de ser apresentada como legítima. A proposição de que os EUA deveriam organizar a paz e promover os princípios universais da democracia e da liberdade, carregava, implicitamente, a perspectiva da excepcionalidade dos EUA e a justificativa para uma posição hegemônica que o país pretendia ocupar. De todo modo, é preciso considerar que a proposição de Wilson foi percebida de modo muito diverso. Conforme sintetiza Pecequilo⁷, o wilsonianismo passou a ser associado a projetos que enfatizam um internacionalismo ativista, intervencionista e moralista, mas também ao compromisso com uma agenda internacional centrada nos temas da segurança coletiva e da autodeterminação, dificultando, como assinala Carleton⁸, justificativas posteriores da política externa norte-americana em termos da defesa pura e simples de seus interesses particulares.

Cabe destacar de todo modo a afinidade maior dos Democratas com uma perspectiva universalista e com o que Joseph Nye, crítico da política externa em curso, hoje denomina como poder brando ou *soft power* – ou seja, o convencimento dos demais atores internacionais, através de instrumentos culturais e simbólicos, a se tornarem parceiros, ou se imaginarem parceiros, das estratégias internacionais propostas pelos EUA. Produzir consenso e cooperação de modo a evitar a coerção aberta, como tentariam posteriormente Franklin Roosevelt, com a Boa Vizinhança e John Kennedy, com a Aliança para o Progresso, programas especialmente dirigidos para a América Latina.

Voltando ao contexto atual, é interessante notar que o presidente Bush, ao iniciar seu governo, anunciou que reduziria os programas de assistência internacional por considerar que tinham sido inflados pelo governo anterior, reduzindo portanto o peso específico do *soft power* a partir desse momento. Após a invasão do Iraque, o governo Bush tentou atenuar o efeito do discurso unilateralista e maniqueísta subjacente à tese do choque das civilizações⁹, apropriando-se da pregação internacionalista, tradicionalmente Democrata, do *nation building*. Depois da

⁷ PECEQUILO, Cristina Soreanu. A política externa dos Estados Unidos. Continuidade ou mudança? Porto Alegre, UFRGS, 2003.

⁸ Ver embate entre Henry Kissinger e William Carleton reproduzido em *Taking Sides: Clashing Views on Controversial Issues in American History*, Vol II. Larry Madaras & James SoRelle. Guilford, Connecticut, The Dushkin Publishing Group, 1995.

⁹ O paradigma do choque de civilizações foi proposto por Samuel Huntington no livro *O choque das civilizações e a recomposição da ordem mundial* (Rio de Janeiro, ed. Objetiva, s/d.) Este livro foi escrito em função da grande polêmica que se seguiu a um artigo publicado em 1993 no qual este conhecido professor de Harvard e do famoso instituto para estudos estratégicos John Olin, apresentava a idéia de que o mundo não estaria dividido por ideologias nem por níveis de desenvolvimento, mas por diferenças, fronteiras civilizacionais. Diretor de Planejamento de Segurança do Conselho de Segurança Nacional do governo Carter e fundador da revista *Foreign Affairs* e presidente da *American Political Science Association*, Huntington coordenou um projeto chamado "*The changing Security Environment and American National Interests*", no qual trabalharam ex-funcionários do governo federal e intelectuais de diversas instituições de prestígio. Pode-se imaginar que suas idéias tenham repercussão considerável nos principais círculos políticos e acadêmicos do país.

eliminação física dos agentes do terrorismo, os EUA promoveriam a transplantação dos valores e do modelo de organização social e política norte-americano para os países qualificados como “párias”¹⁰, considerados incapazes de se auto-governarem após sua recondução forçada à ordem internacional. Mas em relação à América Latina, a administração Bush parece dar atenção primeiramente à Colômbia, por conta da guerrilha e do narcotráfico e mais recentemente à Venezuela, que estreitou relações com Cuba e tomou a ofensiva em termos do questionamento da hegemonia norte-americana na região. Mas apesar desses focos de tensão, a América Latina pouco foi citada nos debates sobre política externa na última campanha presidencial, o que demonstra o lugar secundário que ocupa hoje na agenda internacional norte-americana.

Neste contexto em que a política externa norte-americana deixa o mundo em suspenso, inquietando os analistas que pretendem vislumbrar os rumos que poderá tomar, torna-se imperativo recuperar os fios entrecortados de sua história de modo a compreender as reviravoltas e os horizontes das relações hemisféricas.

O marco cronológico inicial da pesquisa - o início da década de 60 e o governo Kennedy - relaciona-se ao peso que as relações culturais e os programas de assistência - *o soft power* - adquiriram no âmbito na agenda internacional norte-americana, promovendo a criação de uma estrutura mais robusta para atender a estas demandas no aparelho de Estado.

No que diz respeito às relações culturais, o passo inicial foi dado décadas antes, mais precisamente em 1938, quando foi criada a Divisão de Relações Culturais no Departamento de Estado, em decorrência da assinatura no ano anterior da Convenção para Promoção de Atividades Culturais Interamericanas, em Buenos Aires¹¹. No entanto, com a entrada na Segunda Guerra, os EUA passaram a investir no *Office of War Information* como principal canal de propaganda, e no que toca à América Latina, ganhou proeminência o *Office of the Coordinator of Interamerican Affairs*, mais conhecido simplesmente como *Bureau*, que já mereceu atenção de vários historiadores brasileiros¹².

Em relação à política de assistência ao desenvolvimento, após a Segunda guerra mundial, o marco sempre mencionado é o chamado “Ponto IV” da política exterior lançada pelo Presidente Truman. Os quatro pontos eram: apoio à ONU; recuperação da economia mundial; fortalecimento das nações “livres” e, finalmente, tornar o conhecimento técnico norte-americano disponível para as regiões subdesenvolvidas. O “Ponto IV” equivalia a um programa de assistência ao desenvolvimento, com destaque

¹⁰ Designação adotada desde o governo Clinton para designar os Estados que violavam convenções e preceitos do Direito Internacional.

¹¹ A convenção enfatizava a renovação de programas escolares com vistas a favorecer o entendimento mútuo entre as nações do continente. Os EUA a princípio se opuseram, mas depois ratificaram a convenção.

¹² MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980; *Sucessos e Ilusões*. Rio de Janeiro: FGV, 1991; *Estados Unidos e América Latina*. São Paulo: Contexto, 1991; PRADO, Maria Lígia Coelho. *Ser ou não ser um bom vizinho: América Latina e Estados Unidos durante a guerra*. In *Revista USP*, no.26, São Paulo, junho/agosto de 1995 e “Davi e Golias: as relações entre Brasil e Estados Unidos no século XX”. In MOTA, Carlos Guilherme (org.) – *Viagem Incompleta. A Experiência Brasileira*. A Grande Transação. São Paulo, Editora SENAC, 2000; TOTA, Antônio Pedro. *O imperialismo sedutor*. São Paulo, Cia das Letras, 2000; SOUSA, Marquillandes Borges de – *Rádio e propaganda política. Brasil e México sob a mira norte-americana durante a Segunda Guerra* – São Paulo, Annablume/Fapesp, 2004 e GARCIA, Tânia Costa. *O “it verde-amarelo” de Carmen Miranda (1930-1946)*. São Paulo: Annablume/ Fapesp, 2004.

para as áreas de saúde, educação, agricultura e mineração, dirigido a países do Terceiro Mundo, em especial aos produtores de matérias primas consideradas estratégicas pelos Estados Unidos. No entanto, o “Ponto IV” só seria regulamentado através da promulgação, em 1950, do *Act for International Development*, que previa o estabelecimento de comissões mistas para negociar objetivos de ajuda técnica e econômica.

Antes disso, no âmbito da legislação, duas iniciativas são dignas de nota. A Lei Fullbright, de 1946, e a Lei Smith-Mundt, de 1948. A primeira incentivava o intercâmbio acadêmico e a segunda criava o USIS – *United States Information Act* prevendo um raio de ação mais amplo, através do intercâmbio de profissionais, tecnologias e serviços no campo da educação, artes e ciência. No entanto, naquele contexto de início da guerra fria, vingou apenas o viés da informação e propaganda.

Ao longo da década de 50, a parcela do orçamento investida nas agências multilaterais, como a UNESCO, e programas governamentais decresceu, o que revela a baixa prioridade concedida ao intercâmbio cultural neste período. O *Agricultural Trade Development and Assistance Act*, de 1954, melhor conhecido como PL-480, que carrega o resultado da venda do excedente agrícola para financiamento de programas de intercâmbio cultural, engessava a seleção dos países receptores, já que critérios comerciais definiam a concessão da ajuda. No âmbito do Departamento de Defesa, entretanto, cresceram os programas de intercâmbio na área militar, especialmente treinamento de oficiais, entre eles os latino-americanos.

Em 1960, Kennedy elegeu-se indicando a necessidade de mudar o rumo das relações exteriores. O governo deveria não apenas aumentar o investimento e buscar a integração e a coordenação de iniciativas governamentais e não governamentais dispersas, mas delinear novas bases conceituais e uma nova atitude por parte dos representantes do governo norte-americano. Kennedy criticava a formação e a postura inadequada dos membros das representações diplomáticas norte-americanas nos países do Terceiro Mundo – região chave, segundo ele, na disputa entre o Leste e o Oeste. A arrogância e a despreocupação dos norte-americanos em estabelecer relações mais profundas com esses povos ficava evidente ao se constatar o número absolutamente insignificante dos funcionários com algum conhecimento do idioma desses países¹³. A imagem dos EUA vinha sendo prejudicada também pela baixa qualidade da produção cultural que era exportada. Segundo a nova administração, era preciso evitar que o viés propagandístico ou o simples interesse comercial comprometesse a efetividade do intercâmbio cultural e da assistência econômica. Indicava-se também que os projetos educacionais e culturais deveriam ocupar um lugar especial nos programas de assistência ao desenvolvimento, deixando de ser expediente temporário e periférico para se tornar elemento importante e permanente nas relações internacionais. O *soft power* ganhava destaque. Num contexto de aceleração das comunicações, os programas de cooperação cultural e econômica reduziram a tensão e a chance de conflito, aumentando as possibilidades de entendimento, inclusive com o mundo

¹³ A novela “*The Ugly American*” (O Americano Feio), teve grande repercussão durante a campanha de 1960, alcançando vinte edições em apenas um ano. O livro, que posteriormente ganhou uma versão cinematográfica, tem como personagem principal um engenheiro que, pouco preocupado com as aparências e os bons tratos, consegue desenvolver com muito sucesso um programa de assistência técnica no sudeste asiático. Seu segredo era viver em contato direto com as comunidades assistidas, aprendendo sua língua e procurando compreender sua cultura. Seu contraponto na história eram os representantes oficiais do governo americano, que não cultivavam nenhum interesse em se aproximar do povo e da cultura local, acabando por prejudicar a imagem dos EUA pelo seu mal disfarçado sentimento de superioridade e desprezo pelo nativo.

comunista. Pragmático, Kennedy queria evitar o moralismo protestante e a “rigidez improdutiva” da era Eisenhower¹⁴.

A ampliação da legislação no campo das relações culturais¹⁵, a criação da AID – *Agency for International Development* - que passou a reunir as diferentes instâncias de assistência internacional (ICA – *International Cooperation Agency* -, *Development Loan Fund*, *Food for Peace*), dos Corpos da Paz¹⁶ e do *Bureau of Educational and Cultural Affairs*, no âmbito do Departamento de Estado, revelavam a disposição do governo de conceder um novo estatuto à assistência econômica e às relações culturais¹⁷.

Evidentemente, entre o discurso de campanha e a efetivação e administração dos novos programas, inúmeros embates tiveram lugar e os retrocessos foram muitos¹⁸.

O caso da Aliança para o Progresso merece ser mencionado. As teorias e as políticas de desenvolvimento e modernização então em voga no meio acadêmico¹⁹, foram assumidas por Kennedy e apresentadas à América Latina que, depois da Revolução Cubana, voltou a ocupar um lugar de destaque na agenda externa norte-americana. Mas depois de um lançamento retumbante em 1961, a APP naufragou antes mesmo do assassinato de Kennedy, vítima das contradições e fragilidades de sua concepção e gestão.

Os Democratas, embora procurassem matizar o discurso da excepcionalidade norte-americana, buscando conceder um tom mais pragmático ao seu internacionalismo, mantiveram intacto o etnocentrismo da missão civilizatória, na medida em que pretenderam, com a fórmula do *nation building*, exportar um modelo, desconsiderando a personalidade e impulso próprio das sociedades a serem “modernizadas”, ou seja,

¹⁴ Para aferir o entusiasmo com o campo das relações culturais no início do governo Kennedy ver artigos produzidos por ocasião da XXII Assembléia Americana – Assuntos Culturais e Relações Exteriores, realizada na Universidade de Columbia em 1962, com a presença de integrantes do governo Kennedy. Ver, além das recomendações finais, os artigos de SHUSTER, George. “The Nature and Development of United States Cultural Relations”; WILSON, Howard. “Education, Foreign Policy, and International Relations” e COOMBS, Philip “The Past and Future in Perspective” In: *Cultural Affairs and Foreign Relations*. Robert Blum (ed). New Jersey, Prentice-Hall, 1963.

¹⁵ Em 1961 foi aprovada o *Fulbright-Hays Act*, regularizando e promovendo a integração dos programas de relações culturais desenvolvidos por grupos privados e o governo.

¹⁶ Tratei dos debates políticos em torno da criação dos Corpos da Paz anteriormente. V. “Em nome da América: os Corpos da Paz no Brasil: 1961-1981”. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1999.

¹⁷ É significativo que a parcela do orçamento da assistência econômica tenha sido o dobro da reservada à assistência militar entre 1961 e 1964.

¹⁸ Entre outros exemplos podemos citar os debates sobre a proposta do Senador Fulbright de separar orçamento relativo ao auxílio econômico internacional do orçamento militar, combatida pelo Secretário de Defesa, Robert McNamara e por David Bell, da AID. Outro caso que gerou grande controvérsia no interior do governo Kennedy, opondo “africanistas” e “europeístas” foi o apoio à causa da independência das colônias portuguesas na África. Em função da renovação do acordo de ocupação das bases militares nos Açores, Kennedy acabou abandonando sua posição original em favor da independência, levando os EUA a reverterem sua posição na ONU em favor de Portugal. Sobre o assunto ver RODRIGUES, Luis Nuno. *Salazar-Kennedy: a crise de uma aliança – as relações luso-americanas entre 1961 e 1963*. Lisboa, Editorial Notícias, 2002 Federal de Goiás, v.2, n. 1, jan/jul 1997, p. 71-90.

¹⁹ O debate acadêmico sobre desenvolvimento das regiões subdesenvolvidas atraía muita atenção naquele início da década de 1960, quando o processo de descolonização que avançava pela África e Ásia descortinava um novo e privilegiado cenário para o desenrolar da guerra fria. No MIT, Walter Rostow e Max Milikan produziram um documento chave intitulado “Uma proposta – Chave para uma política exterior mais eficaz”. Rostow, autor do livro “*Stages of growth*” (Estágios do crescimento), antevia, no lugar dos estágios do feudalismo, mercantilismo, capitalismo e socialismo propostos pelos marxistas, a transmutação das sociedades tradicionais em transicionais. Nesta etapa se processaria a “arrancada para o desenvolvimento” (take off), viabilizando a passagem para a sociedade industrial madura e de alto consumo.

“americanizadas”. Conforme argumenta Mello e Souza, a proposta era nada menos do que substituir integralmente as estruturas “tradicionais” latino-americanas, consideradas retrógradas e, portanto, inibidoras da modernização, por formas políticas, sociais e culturais “modernas”²⁰.

De todo modo, na década de 60, uma nova estratégia de combate ao comunismo buscava agregar de modo mais efetivo o *soft power* e a negociação política aos expedientes de cunho militar da contra-insurgência, representando uma mudança de paradigma em relação aos 50, justificando estabelecermos o governo Kennedy como marco inicial desta pesquisa.

Do ponto de vista da sociedade civil é importante ressaltar que a década de 60 assistiu a um crescimento considerável do interesse pela assistência internacional. Em 1961 o *American Council of Voluntary Agencies for Foreign Services* listou 98 organizações envolvidas em assistência técnica e programas educacionais internacionais, sendo muitas delas religiosas. Ao mesmo tempo, minorias étnicas e comunidades de imigrantes criaram organizações voltadas para o fortalecimento da identidade, aquisição de visibilidade e poder político, esforço melhor sintetizado e traduzido em inglês na expressão *empowerment*. Além dos negros²¹, os hispânicos têm, desde a década de 30, multiplicado as organizações de caráter filantrópico e social, conseguindo em 1968 pressionar em favor da aprovação da Lei de Educação Bilíngüe²².

²⁰ WIARDA, Howard J. “Did the Alliance lose its way, or were its assumptions all wrong from the beginning and are those assumptions still with us?” In: Sherman, R. L. (ed.) *The Alliance for Progress: a retrospective*. New York, Praeger Publisher, 1988; “Social Change, Political Development, and the Latin American Tradition”. In: *Politics and Social Change in Latin America: the distinct tradition*, W. Howard (ed.) Amherst, The University of Massachusetts Press, 1974; MELLO E SOUZA, André de. *Desenvolvimento e Etnocentrismo: A Política Externa dos Estados Unidos para a América Latina (1958-1968)*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1997; SMITH, Antony. “The Alliance for Progress: The 1960s”. In: LOWENTHAL, A. F. (org). *Exporting Democracy: The U.S. and the Latin America*. Baltimore, John Hopkins Univ. Press, 1991; FISCHER, Fritz. *Making Them like Us. Peace Corps Volunteers in the 1960's*. Washington/London, Smithsonian Institution Press, 1998; AZEVEDO, Cecília. Sob o signo da aliança: o projeto Kennedy e as representações da América. In: História Revista – Revista do Departamento de História da Universidade Federal de Goiás, v.2, n. 1, jan/jul 1997, p. 71-90.

²¹ É significativo, que grupos abolicionistas formados ainda no século XVIII sejam arrolados como precursores do terceiro setor.

²² O contexto conservador atual tem favorecido o questionamento dessa conquista. Em seu último livro, *Who are We: the challenge of America's National Identity*, Samuel Huntington preocupa-se com o impacto da imigração, especialmente a oriunda do México, no “núcleo anglo-protestante da cultura dos EUA”. O aumento do fluxo de imigrantes e a postura ativa de alguns grupos de afirmar sua identidade étnica, demandar reconhecimento e inclusive, no caso dos mexicanos, o bilinguismo nas escolas, desagrada Huntington. No caso dos mexicanos, o problema seria mais grave, segundo o autor, por se concentrarem em áreas como a Califórnia, o Texas, o Novo México, Arizona, Nevada e Utah, que já pertenceram ao México, o que poderia levá-los a sentir que estariam em seu território e não em um país estrangeiro. Huntington chega a considerar que os mexicanos seriam supostamente menos inclinados a aceitar a democracia, teriam menos iniciativa, seriam mais fatalistas por considerarem a pobreza como virtude por conta de sua fé católica. Huntington chegou a declarar, que só existiria um sonho americano criado por uma sociedade anglo-protestante e que os mexicano-americanos só poderiam partilhar desse sonho se sonhassem em inglês. Uma tal representação da identidade norte-americana, avessa a “contaminações”, parece apontar para um horizonte de nacionalismo predatório, para usar expressão de Arjun Appadurai. Vale sublinhar que organizações de minorias étnicas, imigrantes de várias partes do mundo e seus descendentes tenham tido presença marcante nos chamados movimentos anti-globalização que se expandiram a partir dos protestos contra a Organização Mundial do Comércio, em Seattle em 1999, e contra o FMI e o Banco Mundial, em Washington em 2000. A “tradição americana” de associação voluntária, apropriada por estrangeiros, subalternos ou excluídos da cidadania assumiu inesperadamente a perigosa e, para os conservadores, certamente “anti-americana”, face do dissenso. Há poucos meses, gigantescas manifestações de imigrantes, especialmente hispânicos, tiveram lugar em varias cidades dos

Immanuel Wallerstein²³ identifica também nos anos 60 o surgimento do que chama de movimentos anti-sistêmicos de um novo tipo, cuja característica principal era se oporem à hegemonia dos EUA, ao mesmo tempo em que condenavam a velha esquerda, que hegemonizara os movimentos anti-sistêmicos clássicos, especialmente os sindicais. A partir das décadas de 60 e 70, segundo o autor, entram em pauta, ao lado dos movimentos negro e feminista, duas novas causas: a ambientalista e a dos direitos humanos.

SÍNTESE DA BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

A historiografia brasileira sobre política externa norte-americana é bastante escassa. Os trabalhos mais recentes que podemos citar são os de Cristina Pecequilo e Luiz Fernando Ayerbe. O primeiro constrói um amplo painel, desde a fundação da nação no final do século XVIII ao início do século XXI²⁴. Ayerbe trata especificamente das relações com a América Latina da guerra fria em diante, analisando em especial o paradigma culturalista recentemente adotado, o que vai ao encontro das preocupações deste projeto²⁵. Ampliando a diminuta literatura em português, a tradução do trabalho de Lars Schoultz - Estados Unidos: poder e submissão – uma história da política norte-americana em relação à América Latina – nos traz o *mindset* - o arcabouço mental – subjacente às orientações do Departamento de Estado em relação à América Latina.

Estudos de caso e boas análises de conjunturas específicas no que toca às relações dos EUA com diferentes países latino-americanos ao longo do século XX foram reunidas por Lowenthal, que procura explicar o principal paradoxo da política externa norte-americana, qual seja, a exportação da democracia pela força²⁶.

Uma excelente síntese, buscando identificar continuidades, mas também mudanças no padrão de relação entre EUA e América Latina desde a fundação da república norte-americana encontra-se em *Talons of the Eagle*, de Peter Smith. Embora não discuta o processo decisório nos EUA, a preocupação de Smith de compreender as relações com a América Latina no contexto do sistema internacional ajuda a pensar a

Estados Unidos, especialmente Los Angeles e Washington, DC. Ao pleitear regras mais razoáveis do que as que tramitavam no Congresso para regularizar sua situação, fruto certamente dos desequilíbrios regionais, esses expatriados apontavam para uma nova possibilidade de articular identidade cultural e cidadania. Ainda recorrendo a Appadurai, talvez seja possível pensar numa alternativa menos sombria que a do “choque das civilizações”, imaginando que o fenômeno imigratório contemporâneo, que faz crescer o número de residentes não cidadãos, reconfigurando o sentido de território, desafie as narrativas de pureza e integridade de estados-nação como os EUA. O autor chama atenção para o fato de que as megalópolis ao redor do mundo estão se transformando em espaços transnacionais em termos econômicos por conta da globalização. Outros autores como Anderson também já apontaram para a desterritorialização das realidades simbólicas, o que significa dizer que, a partir da comunicação eletrônica, é possível manter laços culturais e cultivar identidades à distância. V. HUNTINGTON, Samuel P. *Who are we? The Challenges to America's National Identity*. New York, Simon & Schuster, 2004; APPADURAI, Arjun. “The grounds of the nation-state”. In: *Nationalism and Internationalism in the Post-Cold War Era*. Kjell Goldmann, Ulf Hannerz, Charles Westin (ed). New York, Routledge, 2000, p.129-142; ANDERSON, Benedict. “Introdução”. Um mapa da questão nacional. Gopal Balakrishnan (org). Rio de Janeiro, Contraponto, 2000.

²³ V. Wallerstein, I. Op.cit.

²⁴ PECEQUILO, C. S. *A política externa dos Estados Unidos*. Op. cit

²⁵ AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo, Ed. UNESP, 2002 e *O Ocidente e o “Resto”: a América latina e o Caribe na cultura do Império*.

²⁶ LOWENTHAL, Abraham F. *Exporting Democracy: The United States and Latin America: Themes and Issues*. Baltimore, Maryland, The John Hopkins Universtiy Press, 1991.

natureza e o mecanismo de construção da hegemonia continental norte-americana, que no pós guerra fria, o autor qualifica como “hegemonia por default”²⁷

Valendo-se do conceito marxista de ideologia, Michael Hunt é uma referência importantíssima na historiografia norte-americana. Em seu *Ideology and U.S. Foreign Policy*, Hunt se interessa em identificar como a ideologia – entendida não como doutrina organizada, mas como um conjunto de crenças, convicções, formas de pensar associadas às estruturas de classe e poder – interfere na interpretação da realidade exterior pelas elites políticas. Hunt procura perceber como certos conceitos são cultivados e se relacionam com determinados fatores econômicos e sociais, recusando-se assumir que sejam parte de um continente cultural atemporal e inteiramente compartilhado²⁸.

Numa outra direção, estudos sobre imaginário norte-americano procuram compreender a verdadeira obsessão em torno dos propósitos nacionais, a convicção fortemente arraigada de que os EUA, por sua elevada moralidade cívica e política e desenvolvimento econômico e tecnológico inigualáveis, receberam da Providência a missão excelsa de redimir os povos não desenvolvidos e supostamente não democráticos do planeta. Para Bercovitch²⁹, o apelo à recuperação de virtudes, à renovação dos votos de sacrifício e revivificação espiritual integram um repertório mítico cuja origem situa na retórica puritana dos primeiros colonizadores.

Weber destaca o fato de que para o calvinista, diferentemente do católico, Deus não requeria apenas boas obras isoladas de seus fiéis, mas uma santificação pelas obras, coordenadas em um sistemas unificado. Dessa forma, a imposição da frugalidade por oposição ao consumo desmedido, a substituição do lazer por trabalho intensivo, em suma, um constante autocontrole e uma obsessiva consideração sobre as conseqüências éticas de cada ato da vida diária seriam os traços mais característicos do calvinismo. Mas no lugar do fatalismo – que se poderia esperar como conseqüência lógica da idéia da predestinação - surge uma progressiva valorização religiosa da ação moral, da prova de fé através das obras, o que representaria sem dúvida uma modificação das doutrinas de Calvino³⁰.

Desse modo, o mito da fronteira associado ao sentido de missão e virtude subjacentes à retórica grandiloquente que acompanha a política externa norte-americana vem sendo identificado e associado às representações da identidade nacional por diferentes autores, entre os quais é possível citar Slotkin, Robertson, Zelinsky³¹.

Ainda no âmbito dos estudos do imaginário, o trabalho de Frederick Pike representa uma contribuição fundamental. Trilhando um caminho bastante original, Pike enfatiza as mudanças de sentido nas representações da América Latina relacionadas ao par civilização/natureza, chave para compreensão de nuances importantes no olhar de atores governamentais ao longo do século XX. Ao ampliar o foco da análise para além do círculo político, verificando como o ambiente cultural fomenta a valorização positiva

²⁷ SMITH, Peter. *Talons of the Eagle: Dynamics of U.S.-Latin American Relations*. New York, Oxford University Press, 2000.

²⁸ HUNT, Michael. *Ideology and U.S. Foreign Policy*. New Haven, Yale University Press, 1987.

²⁹ BERCOVITCH, S. "A retórica como Autoridade: puritanismo, a Bíblia e o mito da América. In: *Religião e Identidade Nacional*. Rio de Janeiro, Graal, 1988; tradução de Sérgio Lamarão.

----- *The American Jeremiad*. Madison, University of Wisconsin Press, 1978.

³⁰ WEBER, M. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1997. COLLIOT-THÉLÈNE, Catherine. *Max Weber e a História*. São Paulo, Brasiliense, 1995.

³¹ SLOTKIN, *Gunfighter Nation: The Mith of The Frontier in Twentieth-Century America*. New York, Harper Perennial, 1993; ROBERTSON, James Oliver. *American Myth, American Reality*. New York, Hill & Wang, 1994; ZELINSKY Wilbur. *Nation into State. The shifting symbolic foundations of American nationalism*. Chapel Hill & London, University of North Carolina Press, 1988.

ou negativa de um ou outro significante, a análise de Pike favorece a discussão a respeito de culturas políticas concorrentes na sociedade norte-americana.

Deixando o âmbito do imaginário político e passando para a discussão das correntes políticas divergentes no que diz respeito aos rumos da política externa norte-americana, alguns trabalhos merecem ser recuperados com mais detalhe.

Eugene Wittkopf³², investigando as tendências da opinião pública em relação à política externa nos anos 80, concluiu que os americanos se mostravam muito divididos não apenas sobre a pertinência de um envolvimento ativo dos EUA nos assuntos mundiais, mas principalmente sobre como esse envolvimento deveria se dar. A partir de dados de pesquisas de opinião diversas realizadas ao longo de toda a década de 80, o autor verificou a correlação entre fatores como filiação partidária (Partido Republicano/ Partido Democrata/ Independente), auto-identificação ideológica (Conservador/Liberal/Radical/Moderado), educação e região, chegando a identificar quatro tendências. A tendência minoritária, correspondendo a ¼ da população, seria a do isolacionismo, que o autor deixou de fora de sua análise.

Os internacionalistas, majoritários, favoreceriam de maneira variada o envolvimento em assuntos internacionais, numa combinação de estratégias de conciliação e de conflito, envolvendo sensibilidade em relação ao uso de tropas, definição do sentido de responsabilidade global e do espectro de interesses vitais da nação. Neste campo do internacionalismo, o autor identificou três tendências, em relação às quais procurou traçar o perfil sócio-político-ideológico dos seus integrantes.

A vertente que denominou simplesmente como internacionalista, equivaleria a uma postura favorável a um envolvimento ativo, admitindo tanto o viés de assistência econômica, quanto o belicista e seria composta majoritariamente por moderados, marcadamente Democratas e com educação superior, mas melhor caracterizados como tendo educação secundária e espalhados por todo país, com exceção do Leste; a acomodacionista, que admitiria apenas projetos de assistência econômica e tecnológica e repudiaria intervenções militares e qualquer postura militante e afirmativa em termos de qualquer responsabilidade ou papel especial dos EUA no mundo, seria composta, em sua maior parte, por liberais ou moderados com educação superior, habitantes do Leste; finalmente a tendência que denomina como linha-dura, favorável a uma postura ativa dos EUA no mundo, especialmente através do uso da força militar, e avessa a projetos de assistência econômica, seria composta majoritariamente por conservadores, Republicanos do Meio-Oeste ou Oeste, que tenderiam a ter nível de instrução inferior ao ensino médio.

Este quadro aponta algumas mudanças em relação à década anterior. Os Republicanos teriam migrado de uma posição que se enquadraria como internacionalista, para a denominada linha dura; os Democratas teriam passado de uma tendência acomodacionista para uma internacionalista, endossando estratégias orientadas por “grandes desígnios”. Os que se identificam como liberais³³ tenderiam a

³² op.cit..

³³ No universo político norte-americano, liberal tem um sentido bastante diverso daquilo que costumeiramente entendemos na América latina. Liberal se opõe a conservador e ao próprio liberalismo clássico em termos econômicos, já que muitos dos que assim são identificados ou se auto-identificam apoiaram projetos reformistas a partir dos anos 30. Apologistas do New Deal de Roosevelt, da Grande Sociedade de Johnson e da Nova Fronteira de Kennedy foram assim designados. Condenados e acusados de comunismo pelos conservadores nos anos 50, os liberais passaram também a ser antagonizados pela New Left, que nos anos 60, surgiu da completa desilusão em relação à possibilidade de aprimorar, corrigir o sistema americano. Para Rorty, os liberais deveriam ser incluídos no campo da esquerda, que incluiria todos os que criticavam retórica individualista, que desde o século XIX sustentava a direita racista. Os liberais seriam de esquerda por defenderem um modelo de democracia socializada, um

abraçar o internacionalismo de cooperação e se opor ao internacionalismo bélico. Os dados levantados por Wittkopf permitem outras interessantes correlações em termos de faixa etária, religião, raça, sexo, nível de escolaridade e região. A geração que viveu Segunda guerra tem maior tendência a apoiar intervenções militares que a que viveu a guerra do Vietnã. O que a geração anterior vê como indispensável envolvimento, seus filhos percebem como objetivos vagos ou mesmo fantasmas que não se relacionam com interesses norte-americanos, menos ainda com propagação ou preservação de ideais democráticos. Esse dado pode corroborar idéia proposta por Inglehart³⁴ no sentido de que em sociedades industriais mais avançadas, o elevação do nível de instrução, formação política e possibilidade de comunicação pelos mais jovens levaria a possibilidades maiores de questionamento e expressão política.

Voltando aos dados de Wittkopf, as mulheres tenderiam a se opor a intervenções militares mais que homens. Os negros tenderiam a ser mais avessos envolvimento militar, embora essa posição deva também ser associada à condição sócio-econômica. Católicos tenderiam mais para o internacionalismo, enquanto protestantes se associariam mais frequentemente a posições mais intransigentes ou duras. Entre os judeus, prevaleceria a posição acomodacionista ou no máximo favorável ao internacionalismo de cooperação. Entre os que detêm instrução superior, prevaleceria o acomodacionismo ou o internacionalismo. Quanto à região, no Meio Oeste e Oeste, no início da década de 70 prevaleceria a tendência acomodacionista, passando sucessivamente para internacionalista e para perspectiva linha dura na década de 80. Ao longo do trabalho, o autor procura demonstrar que, embora seja possível reconhecer momentos de maior crise e maior grau de dissenso, como o produzido pela guerra do Vietnã, o propalado consenso em termos de política externa nunca teve lugar, nem mesmo durante os reconhecidamente conservadores anos 50.

Num livro significativamente intitulado *Misreading the Public: The myth of a New Isolationism* os autores procuram desfazer algumas idéias muito correntes, começando pelo mito do isolacionismo como tendência crescente entre os norte-americanos em tempos recentes. Decorrente dela, a rejeição aos projetos de cooperação internacional, aos organismos multilaterais e aos tratados internacionais, alinhando-se plenamente com o governo quanto à idéia de que o multilateralismo significaria prejuízo à soberania dos EUA, justificando-se portanto resistir ao direito internacional e a iniciativas de afirmação de uma jurisdição internacional. Os autores consideram que essa suposta rejeição aos projetos de assistência e pactos internacionais adviria de imagens equivocadas, certamente construídas pelo discurso oficial, de que os EUA investiriam três vezes mais do que efetivamente investem nesses projetos. No que diz respeito aos organismos internacionais, os dados levantados apontam índices consistentes de aprovação da participação de tropas norte-americanas em ações humanitárias e de pacificação patrocinadas pela ONU³⁵.

projeto nacional subordinando indivíduo em nome de uma comunidade cooperativa, mesmo que não tivessem em mente a nacionalização ou coletivização dos meios de produção. Ver RORTY, Richard. Para realizar a América: o pensamento de esquerda na América. Rio de Janeiro, DP&A editora, 1999.

³⁴ Apud CARLETON, op.cit.

³⁵ KULL, Steven & DESTLER, I.M. *Misreading the Public: The Myth of a New Isolationism*.

Washington, D.C, Brookings Institution Press, 1999. No artigo *The myth of the reactive public – American public attitudes on military fatalities in the post-Cold War period* os autores comentam que formuladores da política externa tendem a ser cautelosos com relação a intervenções que possam produzir número de elevado de baixas de soldados norte-americanos por temerem uma reação contrária do público norte-americano. Ao longo do texto, os autores acabam por concluir que há na verdade uma interpretação equivocada das elites políticas, pois o público na verdade teria a tendência de retirar o apoio das intervenções que viessem a se mostrar equivocadas, pelas próprias motivações originais – efetivamente

Portanto, não se sustenta o argumento dos que hoje defendem um unilateralismo intransigente de que o público respalda maciçamente a posição de rejeição aos organismos multilaterais, especialmente a ONU³⁶. Joseph Nye revela inclusive detalhes do processo político que produziu esta imagem distorcida. Segundo ele, apenas os ativistas políticos que participaram das primárias republicanas (geralmente só um quinto do eleitorado) estavam convencidos de que a ONU era uma ameaça à soberania nacional “(...) Posto que constituíssem uma minoria do público, foi deles a voz a que o Congresso deu ouvidos ao determinar o interesse americano. A voz desse grupo foi amplificada pela ideologia de importantes membros do comitê, como o senador Jesse Helms, e pela tática dos interesses especiais de vincular o pagamento das contribuições (devidas à ONU) a questões totalmente estranhas ao assunto, como o aborto”³⁷.

Hassner e Vaïsse reforçam as análises anteriores, oferecendo uma configuração das correntes políticas antagônicas no que diz respeito à política externa. Sem deixar de reconhecer que determinadas etiquetas ou qualificações mais correntes têm valor limitado, não sendo capazes de diferenciar ou organizar posições relativas a um leque de questões mais amplo, os autores se esforçam por estabelecer relações e verificar, em cada contexto, o sentido de distinções clássicas, como a que se estabelece entre realistas e idealistas. Os autores reconhecem crises e adaptações em doutrinas e sistema de pensamento, como a que ocorre por exemplo no campo dos realistas, que a partir dos anos 70 não puderam mais negligenciar questões que escapavam à órbita do Estado, único ator que, segundo esta escola, teria peso e deveria ser considerado nas relações internacionais. Num esforço por organizar as principais linhas de força, os autores constroem um esquema muito semelhante por sinal ao proposto por Wittkopf. Identificam a oposição entre a tendência favorável à Realpolitik e a defensora da missão americana ou wilsonianismo. Duas correntes opostas apoiariam a primeira tendência: a dos “realistas gestores” e a dos “isolacionistas” aferrados à idéia de soberania nacional. Os internacionalistas liberais multilateralistas e o neoconservadores unilateralistas corresponderiam a versões distintas da “missão americana”³⁸.

Tais autores corroboram a idéia de que a política externa suscita a competição entre correntes políticas que constroem interpretações do passado e projetos nacionais divergentes. Um cenário político dinâmico e complexo que exige investigação, já que nele o consenso teve e tem existência apenas retórica.

INCLUIR NOVOS AUTORES -

METODOLOGIA

Do ponto de vista teórico-metodológico, impõe-se a necessidade de recorrer a conceitos que permitam articular e ao mesmo tempo discriminar duas ordens de questões: o de imaginário nacional - conjunto de símbolos e códigos compartilhados que dão sustentação e permitem compreender o sentido de identidade nacional e

relacionadas ao que se crê como sendo os interesses nacionais - ou pela avaliação de que não teriam chance de sucesso. A elevação das baixas teria o efeito de tornar o público mais rigoroso na avaliação desses fatores fundamentais. Basicamente o que os autores querem dizer é que o público reage em função das informações que recebe e que tende a não apoiar incondicionalmente as decisões de seus governantes. Embora os autores não tenham a preocupação de avaliar a diferenciação interna desse público, chamam atenção para a significativa independência deste em relação ao governo..

³⁶ Segundo dados do Council on Foreign Relations de 1999, a ONU era bem vista por 70% da população durante o governo Clinton.

³⁷ NYE, op. Cit., p. 220.

³⁸ HASSNER, P. & VAÏSSE, J. Washington et le Monde: Dilemmes d'une superpuissance. Paris: Autrement, 2000.

portanto a nação como comunidade imaginária, conforme propõe Benedict Anderson³⁹ e o de cultura política, que remete às diferentes disposições e correntes políticas no interior da sociedade norte-americana.

É preciso deixar claro, no entanto, que descartamos o paradigma desenvolvimentista no campo da Ciência Política, que na década de 60, nos EUA, através dos trabalhos de Almond, Pye e Verba, apontava no sentido de que a cada povo corresponderia uma cultura política ou um caráter nacional próprio, transmitido de geração a geração, sugerindo a hierarquização das diversas culturas políticas nacionais e concedendo sustentação teórica a projetos civilizatórios etnocêntricos⁴⁰.

Historiadores vinculados à Nova História Política que retomaram a noção mais recentemente, apesar de admitirem o compartilhamento de valores, preferem aplicar a noção a sistemas de pensamento e representação específicos no interior das sociedades nacionais, realçando os contrastes e conflitos e não a coesão e a estabilidade. Nesta direção, Bernstein verificou a coexistência de diferentes culturas políticas no interior das sociedades nacionais. Bernstein identificou o empenho de historiadores franceses para recuperar, por exemplo, o processo de constituição de uma cultura política republicana e de uma cultura política socialista na França. Afinando-se com Rioux, Bernstein entende cultura política não como uma composição de idéias políticas formalizadas, mas um sistema de representações, um código, um conjunto de referentes, normas e valores que constituiriam a identidade de grandes famílias políticas. Tal identidade implicaria em uma leitura comum do passado e aspirações e projeções de futuro, traduzidas em linguagem e vocabulário próprio⁴¹.

No Brasil, acompanhando a renovação da História Política, podemos citar como referências principais Ângela Castro Gomes⁴² e Eliana Dutra⁴³. Esta última autora inventaria usos do conceito, tendências de análise e direções de pesquisa, propondo questões muito relevantes.

Além de Bernstein, Dutra dá relevo, no campo da sociologia, ao trabalho de Daniel Cefai. Central em sua visão seria a noção de experiência, ponto articulatório entre cultura e política. Apoiado em diferentes autores, Cefai estabelece como linhas de investigação “as lógicas de ação e situação dos atores; as estruturas de temporalidade, interação e de pertinência que enquadram as culturas políticas; a constituição dos universos políticos; os usos pragmáticos e estratégicos das culturas políticas; os repertórios de ações, de símbolos e rituais que mobilizam os atores (...) as instituições

³⁹ ANDERSON, Benedict. Nação e Consciência Nacional. São Paulo, Ed. Ática, 1989.

⁴⁰ PYE, L. & VERBA S. (ed) *Political Culture and Political Development*. Princeton University Press, 1965. A obra de Almond e Verba é comentada por KUSHNIR, Karina e PIQUET CARNEIRO, Leandro. “As Dimensões Subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia da Política”. In: Estudos Históricos, 24. Rio de Janeiro, FGV, 1999, p. 227-250. Os autores mencionam que na obra desses pioneiros já aparecia a preocupação com sociedades complexas nas quais podia-se observar a coexistência de diversos tipos de cultura política. No entanto, parece prevalecer nas classificações dos padrões de comportamento e de relacionamento com as instâncias institucionais uma tendência homogeneizadora. Para Kushnir e Piquet Carneiro, cultura política refere-se ao conjunto de atitudes, crença e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e os pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus autores.

⁴¹ “Cultura Política” In: Dicionário de Política, vol 1. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci, Cianfranco Pasquino, 4ª. Ed. Brasília, DF, Ed. UnB, 1992 e Bernstein, Serge. “A cultura política”. RIOUX, Jean Pierre & SIRINELLI, Jean François. Para uma História Cultural. Lisboa, Ed. Estampa, 1998.

⁴² Entre outros, podemos citar artigo recente discutindo mais diretamente a questão, v. GOMES, Ângela de Castro. “História, historiografia e cultura política no Brasil” In: Culturas Políticas: ensaios de História Cultural, História Política e Ensino de História, op.cit., pp. 21-44.

⁴³ DUTRA, ibidem.

chave, tais como escolas, partidos, sindicatos, etc, os quais seriam de grande importância na transmissão, difusão e recepção das culturas políticas.”⁴⁴

Dutra destaca que a atenção dos estudiosos tem se concentrado nas ambigüidades das práticas e dos significados e seu registro em fontes documentais de natureza diversa. Ao final, se pergunta se a noção de cultura política, pensada em termos de um sistema de representações, permitiria um alcance efetivo da dimensão política do fenômeno, de sua tradução em práticas sociais e políticas.

Aproveito uma citação que a autora faz de Bernstein e que aponta caminhos para se acessar e visualizar o contorno de culturas políticas determinadas. Um deles seria investigar suas expressões em “associações, sociedades de pensamento, de jornais, de livros, próximos de forças políticas revestidas ou não de forma militante, que podem dar lugar a atitudes, a tomadas de posição, de ações, carregadas de uma forma partidária.”⁴⁵ É nesse sentido que procuraremos explorar os discursos e ações de atores governamentais e não governamentais, intelectuais e ativistas.

No que diz respeito às culturas políticas nos EUA, parece indispensável partir dos grandes confrontos vividos pela sociedade norte-americana e as correntes de pensamento político que foram se constituindo a partir deles. Conforme a compreende Bernstein, a cultura política é um fenômeno evolutivo, no sentido de que seu nascimento e desenvolvimento posterior relaciona-se a momentos de crise, situações em que uma sociedade ou segmentos dessa sociedade procuram respostas que acabam por lhes servir como orientação futura⁴⁶.

Desde a virada do século XIX para o XX, quando a fronteira a Oeste se fecha e tem início o processo de extroversão dos EUA, esboça-se o embate entre isolacionistas e internacionalistas. Com a ampliação do envolvimento dos EUA no mundo, novas questões e embates se apresentaram em termos dos objetivos e das estratégias norte-americanas, promovendo, como já foi visto, a diferenciação interna de ambos os campos, especialmente o do internacionalismo, a constituição e o antagonismo entre culturas políticas no interior da sociedade norte-americana.

Mas, ao invés de pensar a concorrência e o conflito permanente, os trabalhos que recuperam a política externa dos EUA no século XX em geral preocupam-se em demarcar a predominância, em contextos ou governos determinados, de isolacionistas e internacionalistas, associados a perspectivas realistas ou idealistas. Assim teríamos uma trajetória em que governos Republicanos ou Democratas, alternando-se no poder, assumiriam paradigmas opostos, como expressão de um novo consenso na sociedade. Mesmo numa visão panorâmica, essa idéia causa grande desconforto uma vez que o fator explicativo subjacente parece ser a fácil condução ou manipulação da opinião pública pelas elites políticas, que teriam o poder de dirigi-la na direção proposta pelo governo. Opinião pública assume assim, nessa perspectiva, o sentido de massa amorfa e passiva⁴⁷.

⁴⁴ Apud DUTRA, op.cit. p. 19

⁴⁵ ibidem p. 25.

⁴⁶ Para o autor, o processo de constituição da cultura política enquanto conjunto de valores e crenças estruturado e coerente, expresso em normas e num vocabulário definido, é bastante longo. O autor relaciona cultura política a partidos, famílias ou tradições políticas, mas não é muito preciso quanto aos critérios para determinar seu contorno e efetiva consolidação. Menciona a existência de uma “cultura política de esquerda” na França, sem precisar exatamente suas fontes institucionais ou circuitos sociais e culturais e, em outro momento, sem qualquer explicação prévia, afirma que uma cultura política feminista não teria chances de se estabelecer. BERNSTEIN, Serge, op.cit.

⁴⁷ O conceito de opinião pública vem sendo retomado, ultrapassando a percepção usual do fenômeno como reação circunstancial, instantânea, quase aleatória. O estudo a opinião pública tem se voltado para análise em maior profundidade das sensibilidades coletivas, seja através do discurso político, sindical,

Referendar tais proposições exigiria tratar como opiniões extremamente voláteis e sem qualquer densidade política, tradições ou culturas políticas, nos termos de Bernstein, articuladas a movimentos sociais e políticos cuja história merece ser considerada. Para tanto, é necessário deixar de lado teses, polares no conteúdo, mas similares em seu mecanicismo, que procuram associar o posicionamento dos indivíduos e dos grupos em relação à política externa ou a um cálculo pragmático, utilitário ou, ao contrário, a condicionamentos imaginários, os chamados *core values*⁴⁸.

A proposta deste projeto é associar o posicionamento frente à política externa a linhas de força político-ideológica mais amplas, ou seja, culturas políticas forjadas a partir de experiências e referências identitárias pregressas que orientam comportamentos, escolhas e permitem apropriações diferenciadas dos discursos e projetos estatais, das narrativas canônicas do passado nacional, apontando novas direções para o país e sua inserção no mundo. Deste modo, me parece mais razoável acreditar que as diferentes disposições em relação à política externa não emergem e submergem periodicamente, mas subsistem na sociedade, mesmo quando não alcançam grande visibilidade.

Do ponto de vista institucional, por mais que se enfatize a proeminência da presidência nos assuntos relacionados à política externa⁴⁹, é preciso considerar que o Congresso, especialmente o Senado, mantém uma parcela importante de poder. Para garantir que suas iniciativas sejam referendadas e, acima de tudo, os orçamentos para financiá-las sejam aprovados, o Executivo precisa quase sempre esmerar-se nas negociações com o Legislativo, ou seja, com as correntes políticas lá representadas⁵⁰.

Análises recentes têm referendado esta idéia, demonstrando o quanto o processo decisório encontra-se marcado por disputas e conflitos de natureza diversa, inclusive moral (muitas vezes primordialmente moral), impedindo que as diretrizes previamente formuladas sejam finalmente implementadas sem mudanças⁵¹. Importa, pois, insistir no fato de que pressões internas, além das externas, constroem os diversos atores envolvidos no processo de decisão em Washington, em seus múltiplos pólos de poder: a Casa Branca, o Departamento de Estado, o Conselho de Segurança Nacional, o Pentágono, a CIA, o Senado, a Câmara de Representantes, etc. O jogo complexo de forças e correntes de pensamento impedem que se possa pensar numa única escola de

religioso, associativo e da mídia em suas mais variadas expressões. A esse respeito ver Becker, Jean Jacques. "A opinião pública", In. Por uma História Política, op.cit. e Laborie, Pierre "História política e história das representações mentais". In: RIOUX, Jean Pierre & SIRINELLI, Jean François. Para uma História Cultural. Lisboa, Ed. Estampa, 1998. Considerando que a opinião pública não pode ser como a soma de opiniões individuais, este último autor a percebe como "resultante ativa de cruzamentos complexos entre as lentes culturais, os impulsos de lógica interna por vezes contraditórios, as relações de força em mutação constante, as pressões exteriores, toda uma interação de temporalidades diferentes e num jogo permanente de relações dialéticas."

⁴⁸ V. LEFFLER, Melvyn P. "National Security, Core Values, and Power". In: Major Problems in American Foreign Relations. Dennis Merrill & Thomas G. Paterson (eds). Boston Houghton Mifflin Company, 2000.

⁴⁹ Especialmente no pós-segunda Guerra, a burocracia que cerca o Executivo se estabelece plenamente, contribuindo para a afirmação do poderes presidenciais no que toca a política externa. O executivo controla não só a estrutura diplomática, mas também o sistema de informações (CIA, FBI); o dispositivo militar e tecnológico. O presidente centraliza uma rede de agências federais e um corpo considerável de conselheiros e assessores que permitem que lhe garantem o fluxo de informações privilegiadas e o suporte necessário para suas decisões. Embora no imaginário coletivo, o presidente represente a nação, não se deve deixar de percebê-lo como integrante de um sistema político muito complexo.

⁵⁰ Ver STUPAK, R American Foreign Policy: assumptions, processes & projections, 1976

⁵¹ Ver CLIFFORD, J. Garry. "Bureaucratic Politics and Policy Outcomes". In: Major Problems in American Foreign Relations Vol. II. Dennis Merrill & Thomas G. Paterson (orgs). Boston/New York, Houghton Mifflin Company, 2000.

pensamento, numa estratégia coerente dominando toda a cena política numa administração.

Vale também observar que o círculo de poder extrapola o próprio governo, ou, visto de outro modo, governo e sociedade interagem, de modo que muitas vezes atores e planos de ação se interpenetram e confundem. Estado, mundo universitário e mídia mantém uma relação intensa, muito mais do que se pode observar no Brasil. É frequente o caso de scholars que se notabilizaram no meio acadêmico, e assumiram a direção de centros de pesquisa, serem convidados a assumir cargos ou participar de missões governamentais ou posições em importantes órgãos da imprensa ou televisão⁵². Os centros de estudo conhecidos como *think tanks* revelam exatamente a relação estreita entre esses universos.

Os *think tanks* funcionam como laboratórios de idéias, reunindo intelectuais, professores universitários de diversas áreas, ex-integrantes de diferentes administrações para discussão de questões concretas que se apresentam em termos de política externa. Datam do início do século as primeiras iniciativas dessa natureza: o *Carnegie Endowment for International Peace*, o *Council on Foreign Relations* e a *Brookings Institution* foram criadas justamente no contexto do Progressivismo e da ascensão do internacionalismo⁵³. Inúmeras outras *think tanks* vem sendo criadas desde então, expressando, ao longo de sua história, posições político-ideológicas diversas e identificação maior ou menor com posições dominantes nos dois principais partidos, embora sempre se apresentem como não partidárias⁵⁴. O peso político das *think tanks* parece ser considerável, conforme revela pesquisa feita com membros do Senado, Câmara e jornalistas. Cerca de 90% declararam que as *think tanks* exerciam grande influência sobre a política externa norte-americana⁵⁵.

Conforme indica Abelson⁵⁶, as gerações mais recentes de *think tanks* têm assumido um perfil menos acadêmico e mais explicitamente político e militante. Preliminarmente podemos estabelecer como parâmetro para discriminar as *think tanks* voltadas para política externa suas atividades primordiais de produção e difusão de conhecimento especializado nesta área através de vários expedientes, como fóruns, conferências e publicações diversas, especialmente relatórios, periódicos ou, mais recentemente, *policy briefs*, de modo a instruir a sociedade, subsidiar e influenciar o processo decisório.

Hassner & Vaisse apresentam de modo panorâmico um conjunto de de *think tanks* consideradas mais representativas. Do ponto de vista das posições político-

⁵² Philip Coombs pode ser citado como exemplo. Professor da Universidade de Amherst, Coombs foi consultor do governo de Connecticut e nos dois primeiros anos do governo Kennedy, Coombs foi Assistente do Secretário de Estado para Assuntos Culturais e Educacionais, integrando delegações norte-americanas em conferências internacionais, como a de Punta Del Este que lançou a Aliança para o Progresso. Foi Diretor de Educação da Fundação Ford e integrou os quadros da Brookings Institution.

⁵³ Embora criada em 1916, a Brookings Institution passou a tratar de assuntos internacionais somente após a segunda guerra mundial.

⁵⁴ Sobre as *think tanks* e o cenário político norte-americano ver RICCI, David M. *The Transformation of American Politics: The new Washington and the rise of Think Tanks*. New Haven & London, Yale University Press, 1993; SMITH, James A. *The Idea Brokers: think tanks and the rise of the new policy elite*. New York, FreePress, 1993; RICH, Andrew. *Think Tanks, Public Policy and the Politics of Expertise*. Cambridge; New York, Cambridge University Press, 2004..

⁵⁵ Apud TALBOTT, Strobe. "The Brookings Institution: how a think tank works". In: *Foreign Policy Agenda*. Op.cit.

⁵⁶ Sobre *think tanks* ver HASSNER, P. & VAÏSSE, J. Op.cit. e ABELSON, Donald. "Think tanks an US Foreign Policy: an Historical Review". In: *The Role of Think Tanks in US Foreign Policy Foreign Policy Agenda*, Eletronic Journal of the US Department of Sate, vol. 7, n. 3, nov. 2002; <http://usinfo.state.gov/journals>.

ideológicas, teríamos atualmente, por exemplo, a *Brookings Institution* como porta-voz de realistas liberais, tendo muitos de seus membros integrado a administração Clinton; a *Carnegie Endowment for International Peace*, que nos anos 70 procurou reagir ao conservadorismo representado pelo prestigiado *Council on Foreign Relations*, e mais recentemente teria se especializado na discussão do processo de globalização, identificando-se com o que os autores denominam de centro-esquerda. Uma crítica mais contundente da política externa, especialmente no que diz respeito à América Latina da década de 60 em diante tem sido a tônica do *Economic Policy Institute* e do *Institute of Policy Studies*. No campo da direita, situam-se especialmente a *Heritage Foundation*, o *Center for Strategic and International Studies* e a *Rand Corporation*, especializada em assuntos relacionados à defesa e inteligência que, desde a Segunda Guerra Mundial tem produzido subsídios para o Departamento de Defesa. Seu foco atual é o combate ao terrorismo⁵⁷.

Pelos limites desta pesquisa, nossa proposta é cotejar análises sobre as relações interamericanas produzidas por dois *think tanks* – o *Council of Foreign Affairs* e o *NACLA – National Congress on Latin America*, e as publicadas em jornais diários de perfil político ideológico distinto – o *New York Times*, o *Washington Post* e o *Wall Street Journal* - de modo a identificar as questões recorrentes, e os principais pontos de divergência sobre as relações hemisféricas entre 1960 e 1980.

OBJETIVOS:

- investigar as doutrinas concorrentes no que diz respeito à política externa nos meios políticos e acadêmicos e na sociedade norte-americana de modo geral a partir da década de 1960;
- mapear e relacionar doutrinas, diretrizes e programas efetivados por diferentes administrações Republicanas e Democratas, verificando a importância relativa da América Latina nessas estratégias e sua congruência com as linhas de ação e as doutrinas assumidas;
- verificar o peso específico e as modalidades do chamado internacionalismo de cooperação e do *soft power* – envolvendo assistência econômica e intercâmbio científico, tecnológico e cultural - nas estratégias externas dos governos do período, procurando identificar marcos, inflexões em termos de conduta do governo norte-americano nesta área;
- avaliar as principais questões relacionadas à América Latina discutidas na imprensa diária e no material produzido por think tanks que representam posições político-ideológicas distintas;
- verificar a possibilidade de relacionar posicionamentos relativos à política externa com culturas políticas mais amplas, relacionando doutrinas a projetos nacionais, tradições partidárias e a representações de identidade nacional que concorrem no universo político norte-americano.

FONTES

Felizmente hoje já é possível ter acesso a fontes importantes para a história norte-americana via internet. No caso desta pesquisa, serão particularmente importantes

⁵⁷ V. RICH, Michael. “RAND: How think tanks interact with the military”. In: *Foreign Policy Agenda*, op.cit.

os sites do PIPA – *Program of International Policy Attitudes* da Universidade de Maryland -, do *Council of Foreign Relations* e do *NACLA*.

No que diz respeito ao Council of Foreign Relations, será possível acessar suas principais linhas de pensamento e ação através de *annual reports*, via internet, e de seu célebre periódico *Foreign Affairs*, cujos artigos referentes à América Latina no período em questão já encontram-se identificados e selecionados a partir da busca realizada em databases, especialmente o .

Quanto à imprensa diária, já foram identificados e selecionados o que foi publicado no período sobre a América Latina na forma de editoriais, cartas e charges no *New York Times* e no *Washington Post*. Essas seções foram selecionadas por espelharem não apenas a posição do próprio veículo, mas também a reação do público leitor.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo, Ática, 1981
- AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo, Editora UNESP, 2002.
- *O Ocidente e o “Resto”*: A América Latina e o Caribe na cultura do Império. Buenos Aires, CLACSO, 2003.
- BACZKO, Bronislaw. “Imaginação Social”, in *Enciclopedia Einaudi*, vol.5, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, pp. 296-332
- BELLAH, Robert. *The Broken Covenant: American Civil Religion in Time of Trial*. Chicago, The University of Chicago Press, 1992
- BERCOVITCH, Sacvan. *The American Jeremiad*. Wisconsin, University of Wisconsin Press, 1978
- BERLOWITZ, L.;Donohue, D. e Menand L. (org) *A América em Teoria*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1993
- DAVIES, Philip John. (ed.)_ *Representing and Imagining America*. Keele, Keele University Press, 1996
- DESTLER, I.M. & KULL, S. *Misreading the Public. The Myth of a New Isonationism*. Washington, D.C. Brookings Institution Press, 1999.
- DUTRA, Eliana R. de Freitas. “História e Culturas Políticas – Definições, usos e genealogias”. In: **Varia História**, Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, n. 28, 2001, Belo Horizonte, Depart. de História da Fafich, UFMG, 2002, pp. 13-28.
- GADDIS, John Lewis. *Strategies of Containment: a critical Appraisal of Postwar American National Security Policy*. Oxford, Oxford University Press, 1982.
- GELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismo*. Lisboa, Gradiva, 1983
- HOBBSAWN, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990
- GRIFFITHS, Martin. *Cinquenta grandes estrategistas das relações internacionais*. São Paulo, Contexto, 2004.
- HOGAN, M. & Paterson T. *Explaining the History of American Foreign Relations*. Cambridge, Cambridge University Press, 1991.
- HUNT, Michael. *Ideology and U.S. Foreign Policy*. New Haven, Yale University Press, 1987

- JUNQUEIRA, Mary Anne. *Ao Sul do Rio Grande: Imaginando a América Latina em Seleções: Oeste, Wilderness e Fronteira (1942-1970)*. Bragança Paulista/EDUSF, 2000.
- KENNAN, George. *American Diplomacy*. Chicago, Univ. Chicago Press, 1984.
- KENNEDY, Robert. *O Desafio da América Latina*. Rio de Janeiro, Ed. Laudes, 1968.
- KENNEDY, Edward. *Decisões para uma década*. Rio de Janeiro, Editora Expressão e Cultura 1968.
- KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. New York, Touchstone/Rockefeller Center, 1994.
- LESSA, Mônica. "Relações culturais internacionais". In: *Olhares sobre o político: novos ângulo, novas perspectivas*. Lená Medeiros, Denise Rollember, Oswaldo Munteal Filho (orgs). Rio de Janeiro, Eduerj, 2002
- LIEBMAN, Seymour B. *Exploring the Latin American Mind*. Chicago, Nelson-Hall, 1976.
- LIPPMANN, Walter. *A política exterior dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro, Atlântica Editora, 1944
- . *Public Opinion*. New York, The Free press/ London, Collier Macmillan Publishers, 1965.
- LOWENTHAL, Abraham F. *Exporting Democracy. The United States and Latin America*. Baltimore/London, John Hopkins University Press, 1993.
- MARDSSEN, George M. *Religion and American Culture*. Orlando, Hartcourt Brace College Publishers, 1990.
- MILZA, P. Política interna e política externa e BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: René Remond (org) *Por uma História Política*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Editora FGV, 1996.
- NYE Jr, Joseph. S. *O Paradoxo do Poder Americano*. SP, UNESP, 2002.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Americanos: Representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2000.
- PATTERSON, G. T. & MERRILL, D. *Major Problems in American Foreign Relations*. Boston/New York, Houghton Mifflin Company, 2000.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos*. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2003.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. "Em busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário", in: *Revista Brasileira de História*, Representações, São Paulo, v.15, n. 29, 1995, p. 9-27.
- PIKE, Fredrick B. *The United States and Latin America: myths and stereotypes of civilization and nature*. University of Texas Press, 1992.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru/SP, EDUSC, 1999.
- RIOUX, Jean Pierre & SIRINELLI, Jean François. *Para uma História Cultural*. Lisboa, Ed. Estampa, 1998.
- ROBERTSON, James Oliver. *American Myth, American Reality*. New York, Hill & Wang, 1994.
- SACHS, Viola e outros. *Religião e Identidade Nacional: Brasil e Estados Unidos*. Rio de Janeiro, Graal, 1988.
- SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo, Cia da Letras, 1995.
- SHOULTZ, Lars *Estados Unidos: poder e submissão: uma história da política externa norte-americana em relação à América Latina*. Bauru/SP, EDUSC, 2000
- SLOTKIN, Richard. *Gunfighter Nation. The Mith of The Frontier in Twentieth-Century America*. New York, Harper Perennial, 1993.
- SMALL, Melvin. *Democracy and Diplomacy. The impact of Domestic Politics on U.S. Foreign Policy, 1789-1994*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1996

SMITH, Anthony: *Ethnicity and Nationalism*. Leiden, The Netherlands: E.J. Brill, 1992.

SMITH, Peter. *Talons of the Eagle: Dynamics of U.S.-Latin American Relations*. New York, Oxford University Press, 2000.

SUNY, Ronald Grigor & KENNEDY, Michael D. (eds) *Intellectuals and the articulation of the Nation*. Ann Arbor.: University. of Michigan Press, 1999.

Um Mapa da Questão Nacional. Gopal Balakrishnan (org). Rio de Janeiro, Contraponto, 2000

TOTA, Antônio Pedro. *O Imperialismo Sedutor*. São Paulo, Cia das Letras, 2000.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O declínio do Poder Americano*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2004.

WEINBERG, Albert K. *Destino Manifesto. El expansionismo nacionalista en la historia norteamericana*. Buenos Aires, Editorial Paidós, 1968.

WITT